

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 089

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**  
1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**  
2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**  
1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**  
2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**  
3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**  
4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**  
5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE JUNHO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Nelson Garcia.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldir Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2048**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o Plenário, Regime de Urgência no trâmite do Projeto de Lei nº 527/99, de autoria deste parlamentar, que cria e institui a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - GECEP, bem como da emenda apresentada em plenário por ocasião da segunda discussão.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**REQUERIMENTO Nº 2057**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 186/2001, de sua autoria, que autoriza a Companhia Paranaense de Energia a doar à Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 186/2001 objetiva legalizar situação já sacramentada pelos fatos, visto que o imóvel em tela encontra-se ocupado pelo Colégio Estadual Santa Maria Goretti desde o ano de 1994, sobre o qual, por meio de convênio entre Fundepar e prefeitura municipal de Maringá foi edificado o prédio que o abriga. O terreno tem área de 17.500 metros quadrados e o Colégio Estadual Santa Maria Goretti obriga hoje cerca de 700 alunos que usufruem do ensino público e gratuito.

Desde a inauguração do prédio e instalação do colégio, o imóvel pertence à SEED de fato. Desejamos, com o presente projeto de lei, fazer este imóvel pertencer ao Estado por direito. Como esta situação pode vir a sofrer interferências decorrentes do processo de desestatização da Copel, julgamos urgente o tramite do Projeto de Lei 186/2001.

Daís as razões do presente requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 2060**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a dispensa de redação final ao Projeto de Resolução nº 020/2001, item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 2034**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no art. 107 do Regimento Interno, após ouvido o soberano Plenário, a transformação do Plenário em Comissão Geral, para analisar e deliberar sobre as Emendas ao projeto de resolução de constituição da CPI do Sis-

tema de telefonia, na Sessão Ordinária do dia 21 às 10h.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Tony Garcia, Ricardo Maia, Luiz Carlos Zuk, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Renato Gaúcho, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati.

#### REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam inseridos nos Anais desta colenda Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Mesquita, aos 43 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam inseridos nos Anais desta colenda Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Teolinda Juliatto Bin, aos 81 anos de vida. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam inseridos nos Anais desta colenda Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Pedrina Scrimim Santos. Pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de sua família.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam inseridos em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao Casal João de Souza e Marlene Satler Alves de Souza, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos ao demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam inseridos em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao Casal João Damásio Manika e Célia Terezinha Manika, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos ao demais pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Ple-

nário, respeitosamente REQUER seja enviado ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná votos de Congratulações pelo seu 40º aniversário, a ser comemorado no dia 05 de julho, e que, do presente, se dê ciência à presidente, Célia Fagundes da Cruz, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Batalhão da Polícia Rodoviária estadual, alusivo ao Dia do Guarda Rodoviário, a ser comemorado no dia 23 de julho próximo.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu comandante, Tenente Coronel Jorge Luiz Rodrigues, através de correspondência a ser encaminhada, à rua Tamoios, 1000 - CEP 80320-390 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Sindicato da Indústria e Panificação no Estado do Paraná, alusivo ao Dia do Padeiro, a ser comemorado no dia 08 de julho próximo.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à sua Presidenta senhora Rose Mariza Paglia, através de correspondência a ser encaminhada, à Avenida Cândido de Abreu, 2000 - CEP 80530-902 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura no Estado do Paraná, alusivo ao Dia do Engenheiro Florestal, a ser comemorado no dia 12 de julho próximo.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Camargo, 285 - CEP 80060-242 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transportes de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana, alusivo ao Dia do Motorista, a ser comemorado no dia 25 de julho próximo.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Denilson Pires da Silva, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Tibagi, 520, 285 - CEP 80060-1000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná alusivo aos 90 anos de sua fundação, a ser comemorado no dia 25 de junho.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente José Toaldo Filho, através de correspondência a ser encaminhada, à Avenida Cândido de Abreu, 526 Bloco A - CEP 80240-060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Paraná alusivo aos 90 anos de sua fundação, a ser comemorado no dia 25 de junho.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu presidente Gilberto Cruz Rautt, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Brasília Itiberê, 3080 - CEP 80240-060 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulação à Rádio Clube Paranaense, alusivos aos 77 anos de sua fundação, a ser comemorado no dia 27 de junho.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao seu diretor superintendente Vicente Mickocz, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Rockfeller, 1311, - CEP 80230-130 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a realização de uma Sessão Solene no dia 12 de dezembro, às 15h00, no plenário desta Casa de Lei, em comemoração à Semana do Evangélico, instituída através da Lei nº 12.268 de 27/08/98, e aos 90 anos da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Raggio - Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a liberação de recursos financeiros em favor da Prefeitura Municipal de Floresta, para a aquisição de uma ambulância.

O setor de atendimento à população na área da saúde, vem encontrando séria dificuldade para transporte de pacientes que necessitam de remoção para outros municípios onde possam receber tratamento especializado, razão pela qual se faz prioritário o atendimento da presente reivindicação.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao senhor José Roberto Ruiz - prefeito municipal - Avenida Getúlio Vargas, 445 - Floresta-PR. CEP: 87120-000.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo governador do Estado, Jaime Lerner, no sentido de que se direcionem estudos para evitar o fechamento da Sede do Instituto de Previdência do Estado - IPE - em Londrina, a fim de garantir o direito dos funcionários públicos aos serviços de saúde.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao vereador Tercílio Luiz Turini, presidente da Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando providências imediatas para o pleno funcionamento do curso de Farmácia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Os acadêmicos do curso de Farmácia da Unioeste decretaram estado de greve em protesto contra a falta de estrutura para o pleno e efetivo funcionamento do referido curso, bem como, pela preocupação que a graduação em Farmácia não seja reconhecida pelo MEC.

A inexistência de laboratórios específicos, a deficiência da biblioteca da instituição sobre o setor, a precariedade da infra-estrutura geral do curso de Farmácia são alguns dos motivos que colocam em risco a continuidade da graduação na Unioeste.

Por isso, solicitamos que este requerimento seja aprovado e que a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior priorize a questão e encaminhe as providências necessárias e cabíveis para normalizar a situação do curso de Farmácia na Unioeste.

#### REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência para o corte do mato e limpeza de canaletas à margem das estradas estaduais abaixo discriminadas:

- de Nova Fátima a Ribeirão do Pinhal;
- de Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul;
- de Jundiá do Sul a Guapirama; e
- de Guapirama a Joaquim Távora.

Se não bastasse o estado ruim do pavimento, o mato está invadindo a pista, obstruindo as canaletas, diminuindo a visibilidade, fazendo a água escorrer pela pista nos dias de chuva, tornando as estradas mais perigosas e causando avarias nos veículos que por ela trafegam.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência para o corte do mato e limpeza de canaletas à margem das estradas estaduais abaixo discriminadas:

- de Wenceslau Braz a São José da Boa Vista; e
- de São José da Boa Vista a Santana do Itararé.

Se não bastasse o estado ruim do pavimento, o mato está invadindo a pista, obstruindo as canaletas, diminuindo a visibilidade, fazendo a água escorrer pela pista nos dias de chuva, tornando as estradas mais perigosas e causando avarias nos veículos que por ela trafegam.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência para o corte do mato e limpeza de canaletas à margem das estradas estaduais abaixo discriminada:

- de Siqueira Campos a Tomazina.

Se não bastasse o estado ruim do pavimento, o mato está invadindo a pista, obstruindo as canaletas, diminuindo a visibilidade, fazendo a água escorrer pela pista nos dias de chuva, tornando as estradas mais perigosas e causando avarias nos veículos que por ela trafegam.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência para o corte do mato e limpeza de canaletas e tapa-buracos na estrada que liga Siqueira Campos e Salto do Itararé.

Trata-se de uma estrada estrita, com a visibilidade prejudicada em muitos pontos em virtude do mato estar invadindo a pista.

O estado de conservação é regular e se os buracos ora existentes forem tampados imediatamente, a Secretaria estará impedindo maiores danos na estrada.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência:

- 1) fiscalização do excesso de peso nos caminhões do transporte de cana.
- 2) corte do mato e limpeza de canaletas à margem da estrada.

3) Reparos no pavimento da PR-090 - entre Cornélio Procópio e Congonhinhas.

Trata-se de uma das melhores estradas do Paraná que precisa ser preservada imediatamente para se evitar maiores danos no futuro.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao deputado Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, pedido de providência para que se realize reparos na pista (tapa-buracos) na estrada do Cerne - entre Piraí e Ventania.

As chuvas dos últimos dias provocaram avarias no pavimento e se forem reparadas imediatamente evitar-se-ão maiores prejuízos tanto ao Estado quanto aos usuários.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza ao Poder Executivo a doar ao município de Paçandu, o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19.02.2001).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza ao Poder Executivo a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a rodovia denominada "Caminhos Ecológicos do Iguaçu". **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2001, de 21.02.2001).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Ivaiporã - Unai. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2000, de 06.06.2001).**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que autoriza ao Poder Executivo a isentar o pagamento da taxa de cédula de identidade às pessoas com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/99, de 27.04.99).**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 181/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação dos Moradores das Vilas São José e Monte Castelo, com sede e foro no município de Ivaiporã-PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2000, de 05.06.2000).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson García, ficam impedidos os órgãos da Administração Pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2000, de 10.04.2000).**

**ITEM 07**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 097/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica de Moradores do Município de Quitandinha. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/2001, de 02.04.2001).**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no município de Ivaiporã - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranavaí e Região, com sede e foro no município de Paranavaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utili-

dade Pública a Associação Creche Branca de Neve, com sede e foro no município de Faxinal. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que altera o artigo 1º da Lei 7.417/80, que declarou de Utilidade Pública a Associação Educacional Lins de Vasconcelos. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que institui, na Assembléia Legislativa do Estado, o evento "Parlamentar da Melhor Idade". **PARECER FAVORÁVEL DA CE. Em votação.**

**O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente e senhores deputados. Da mesma forma que esta Casa criou, na época em que tinha à Presidência o deputado Nelson Justus, o Parlamento do Futuro, e propiciando a jovens, especialmente à classe estudantil do Paraná, conviver com o Poder Legislativo, ter um conhecimento mais profundo de como funciona uma Assembléia Legislativa, participando e dando até sugestões durante o dia em que passam nesta Casa. E com isso, inclusive a Casa até já aprovou projetos de lei que foram discutidos pelos jovens estudantes que aqui estiveram.

Da mesma forma, estou instituindo o Parlamento da Melhor Idade, ou poderia ser o Parlamento da maturidade, porque são pessoas - em que pese estar com idade avançada - que não perderam a condição de raciocínio, a condição de inteligência e a condição de nos ensinar ainda alguma coisa, especialmente na área legislativa.

Da mesma forma do Parlamento do Futuro, quero também trazer para esta Casa, no segundo semestre, essas pessoas que formam a melhor idade, muitos chamam de terceira idade, mas acho melhor a melhor idade, porque é a idade do conhecimento, a idade da inteligência, a idade da maturidade. E confesso também que não estou legislando em causa própria, muito embora já me enquadre na terceira idade. Mas, é muito importante que possamos aqui conviver, por alguns momentos, por alguns dias, a partir do segundo semestre, com pessoas que hoje estão cursando universidades, que estão cursando faculdades, que depois já de idade avançada, depois de aposentadas, depois de já terem cumprido o seu papel de ajudar a construir esta Nação, este País e este Estado, resolveram voltar aos bancos escolares, aos bancos das faculdades. E essa gente tem muito a nos ensinar. Essa gente tem muita capacidade para nos ajudar, especialmente no momento em que o mundo fica cada vez mais velho com sua população, e o Brasil, em especial. Trarei, no segundo semestre, dados em relação à questão da melhor idade, da terceira idade.

Então, por isso, senhor presidente, agradeço à Comissão Executiva que acolheu o meu projeto de resolução, na pessoa do presidente, Hermas Brandão; do 1º Secretário, Valdir Rossoni; do 2º Secretário, Antonio Anibelli, que deram parecer favorável. Tenho certeza que vamos ter a grande contribuição desse pessoal da melhor idade, o pessoal da terceira idade, que muitas idéias poderão trazer para que possamos, aqui, também tratar da política do idoso, da política da melhor idade.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2001, de autoria da Comissão Executiva, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar cobrança indevida no sistema de telefonia fixa e móvel do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin e demais senhores deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2001

O artigo 3º do Projeto de Resolução nº 020/2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - A presente comissão investigará a cobrança em excesso e irregularidades nos pulsos telefônicos: cobranças em duplicidade das faturas telefônicas; cobranças irregulares de serviços telefônicos, nacionais e internacionais, eventuais ou não; cobranças antecipadas dos totais das faturas telefônicas como condição para reexame, na hipótese de cobranças indevidas; locações irregulares ou ilegais de aparelhos telefônicos; segurança do sistema de telefonia; garantia de sigilo telefônico e em especial, as Empresas Telepar Brasil Telecom, HSBC Bank Brasil S/A e escutas telefônicas não autorizadas.

Sala das Sessões, em 21.06.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, WALDIR PUGLIESI, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO ANIBELLI, LUIZ CARLOS ZUK, IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA e RENATO GAÚCHO.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Ricardo Maia, Algaci Tulio e demais deputados, constante do expediente, solicitando transformação do Plenário, em Comissão Geral, para analisar e deliberar sobre as emen-

das do projeto de resolução de constituição da CPI do Sistema de Telefonia.

#### Aprovado.

Solicito ao nosso 1º Secretário, a leitura da emenda formulada pelo deputado Waldyr Pugliesi e com o apoio de mais 10 senhores deputados.

**(É lida a emenda)**

Como ontem já havia sido designado o deputado Durval Amaral para relatar, solicito ao deputado que relate.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Trata-se de Emenda Modificativa ao Projeto de Resolução nº 020/2001.

A Constituição Federal, no artigo nº 58, parágrafo terceiro, manda, senhor presidente, que as Comissões Parlamentares de Inquérito investiguem fato determinado. E a Constituição é muito clara ao colocar o “fato determinado” no singular. A nossa Constituição Estadual, no artigo nº 62, parágrafo terceiro, também repete esta mesma redação e o próprio Regimento Interno desta Casa, na mesma trilha, insiste na expressão no singular: “fato determinado”, e não fatos determinados. Conceituando como acontecimento de relevante interesse para vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

Portanto, a rigor, a CPI deve investigar fato específico e determinado, como têm advertido os Tribunais, inclusive o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A Justiça, inclusive o próprio Supremo Tribunal Federal, tem sido rigorosa na observância do mandamento constitucional, que prevê a investigação de fato determinado, só admitindo que as investigações se estendam a fatos intimamente vinculados ao fato determinado.

Portanto, para se evitar ações judiciais, somos de parecer contrário à Emenda proposta, razão pela qual o nosso parecer, senhor presidente, datíssima vênica, é contrário à Emenda proposta resguardando-se, assim, os preceitos constitucionais, legais e regimentais. É o parecer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão.

O SR. NEREU MOURA

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para discutir, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, só faltava o deputado Durval Amaral indicar que a nossa Emenda era inconstitucional. Ele tem todo o direito de ser contra a Emenda, mas



jamais entender que a nossa Emenda é inconstitucional! Está amplamente amparada no Regimento Interno, na Constituição do Paraná, e o que foi delegado ao deputado Durval Amaral, foi direito de avaliar se a Emenda era constitucional ou não, e não o mérito da Emenda.

Por isso, senhor presidente, somos veementemente contra, o parecer do deputado Durval Amaral, porque ele não analisou à luz da legislação, à luz da Constituição, à luz do Regimento Interno desta Casa.

O que nós pretendemos, é um fato específico. O que nós queremos, além de todos os argumentos utilizados, no Projeto de Resolução nº 020/2001, acrescentamos, apenas, a escuta telefônica não autorizada. É um fato específico, senhor presidente. A escuta telefônica não autorizada! É um fato específico, não há ilegalidade nisso, não há inconstitucionalidade nisso! O deputado Durval Amaral teria que dar parecer favorável a essa Emenda e depois, no mérito, poderia votar contra, mas jamais rasgar a Constituição do Paraná e o Regimento Interno! Desta forma, queremos encaminhar contra o parecer do eminente líder do Governo, nesta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Continua em discussão, o parecer.

Para encaminhar, deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, tem uma música que diz assim: “quem tem medo do lobo mau?”. Uma música infantil. Então, quem tem medo de fazer investigação? Vamos investigar! Não vamos nos esconder atrás das alegações jurídicas para esclarecer os fatos da vida paranaense.

Na verdade, a CPI foi criada a mando do Palácio Iguaçu, quando ela aprofundou investigações sérias, que interessavam ao povo do Paraná, que é a situação gravíssima, que é a quebra, inclusive, do preceito constitucional do sigilo telefônico, que está colocado na Emenda proposta. Escutas ilegais e sigilo telefônico é não só um fato determinado, como já comprovado por vários depoimentos já tomados pela CPI que estava em andamento. Nós, com essa Emenda, daremos garantias legais do funcionamento da CPI: vamos aprofundar as investigações e fazer o papel próprio, político da Assembléia Legislativa. Vamos lá que a discussão jurídica se avance, mas essa Assembléia é uma mistura de abordagem jurídica e determinação política, e o povo do Paraná quer transparência, então, a Emenda vai nessa direção. Vamos dar transparência às investigações e após isso, se quiserem questionar mais uma vez, vão aos tribunais! Dessa vez, certamente, não darão ganho de causa.

Então, queremos que sejam incluídas todas as investigações que estão anotadas aí. São fatos determinados, são assuntos de interesse da população paranaense e atividade própria do Legislativo.

Quem tem medo do lobo mau? E, sobretudo, de grampo?

#### O SR. HERMES FONSECA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu gostaria de encaminhar contra o parecer do líder do governo, do relator, visto que é um parecer que retrata a subserviência deste Parlamentar à determinação do Governo. Esse parlamentar, mais uma vez, abre mão das prerrogativas do Poder Legislativo e diminui e mancha a imagem desta Casa, na medida em que dá um parecer, não só um parecer, não só um parecer que não retrata a verdade dos fatos, mas que demonstra a sua subserviência a tudo aquilo que o Palácio Iguaçu o manda fazer.

Fato determinado significa irregularidade no serviço de telefonia do Paraná, quando uma companhia permite que se quebre o sigilo das pessoas, quando uma companhia permite que se cobre a mais do que se deve cobrar, quando uma companhia não executa os serviços em tempo hábil. Toda essa série de serviço, significa uma avaria, significa uma irregularidade no serviço de telefonia, portanto o fato determinado é o fato de a Companhia Telefônica do Paraná - Telecom, não cumprir com as normas do serviço de telefonia neste País; não há porque aceitar um parecer dessa natureza, que joga por terra as nossas prerrogativas.

O Poder Legislativo tem que ser independente!

Eu pergunto: quem tem medo da CPI?

Se a CPI é um instrumento mais eficaz de investigação que o Legislativo desde País possui? E, no entanto, nós somos - por uma maioria que se curva à vontade do Palácio Iguaçu, permanentemente manchados na imprensa, porque a Assembléia Legislativa do Paraná demonstra, sempre e repetidas vezes, a sua subserviência à vontade da maioria, que não a maioria de consciência, mas a maioria de voto. É uma questão aritmética, uma questão matemática, pura e simplesmente. Pela falta de argumentos e por questão aritmética, eles derrubam a vontade deste Parlamento.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não tenho discordância com relação ao parecer do deputado Durval Amaral, quem sabe, até, Durval Amaral, procede, realmente, a argumentação do deputado Nereu Moura, de que seria constitucional e legal, mas não tenho nada a observar, acho que a maioria é que determina. É o jogo do Parlamento democrático. Apenas, senhor presidente, eu gostaria de ressaltar, que o seu projeto, na verdade, o projeto da Mesa Executiva, é importante, porque restabelece o poder da Assembléia Legislativa de investigar e que, por força de decisão da Justiça, acabou suspendendo os trabalhos da CPI por 90 dias.

Mas há uma questão a ser levantada: na Comissão Especial de Investigação, criada pelo Palácio, o Secretário de Governo assinou, publicamente, que recebeu uma fita que não sabe daonde, e esta fita, deputado Nereu Moura, levou algumas informações de algumas atitudes até por parte do próprio Palácio. Isso foi confessado pelo Secretário de Governo. No entanto, pelo projeto que está

aqui, sem a emenda apresentada pelo deputado Waldyr Pugliesi, não poderá ser investigado.

Apenas relato o que foi dito por vários comentários na CBN, hoje de manhã, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná finge voltar a investigar a questão dos grampos, mas que na verdade, o governo recompõe sua base, etc e tal... Uma afirmação que é descabida! Não se trata de recompor a base, em absoluto! Trata-se apenas de uma discussão, se investiga ou não aquilo que estava se investigando.

Não sei, deputado Tony Garcia, Vossa Excelência, que preside a CPI, vou lhe dizer uma coisa: se sou eu o presidente, não posso mais investigar, porque não pode! Declaração de todos os setores hoje na Rádio CBN, foram claríssimos: não se pode investigar algo que não seja determinado no projeto que instala a CPI. Se não podemos investigar aquilo que estava sendo investigado, quer dizer, os próprios membros do governo depuseram naquela Comissão Especial, e agora, aqui, não vão depor!

Concordo com o projeto de resolução, deputado Hermas Brandão; sou favorável, porque restabeleceu a independência do Poder Legislativo do Estado. Agora, especificamente com relação ao que está ali, colocado, acho que é fruto de discussão. Mas, ganha a maioria, tudo bem! Se for aprovado aqui e rejeitada a emenda, acho que a população do Paraná vai ficar com a manchete da “Folha do Paraná” de anteontem, dizendo que uma CPI “laranja” foi criada na Assembléia para livrar o Governo do Estado. Isso não deveria acontecer.

Obrigado.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, começo com a afirmativa do deputado Augustinho Zucchi, por onde ele terminou. As declarações feitas até pelo líder do Governo, até pelo presidente da Casa, são no sentido de se isentar o Governo do Estado desse problema: oh, o grampo telefônico! Com o sobrestamento da CPI da Telefonia pelo Poder Judiciário, o que é que fez o governo? Correu, através da Assembléia Legislativa, para cobrir esse problema!

Na verdade, a CPI que certamente será instalada pela maioria, é uma CPI capenga, aleijada nesse sentido, porque uma CPI a respeito da telefonia, que não chega a bater nas portas do principal, que é o problema dos grampos, para que serve? Vamos ficar querendo saber se houve em determinada fatura alguma irregularidade, quando o problema gravíssimo que temos, não é esse, não! O problema é a interferência do Palácio Iguaçu, na escuta telefônica! Quando é que a CPI da Telefonia estava funcionando, chamou, aqui, por exemplo, os presidentes dos Partidos que tiveram seus diretórios grampeados? Quando é que se pretendeu ouvir o senador Roberto Requião, que teve escuta telefônica inserida, inclusive, no diretório do PMDB? Todo mundo sabe disso! Que o deputado Vanhoni foi grampeado, todo mundo sabe!

Agora, o Palácio Iguaçu, não, ele que fique de fora! Nós não podemos concordar com esse encaminha-

mento. Nós vamos aprovar a CPI, porque de uma maneira ou de outra, mesmo raquítica, anêmica, doente, como ela chega, ela preenche algum espaço, nós apresentamos uma emenda para fortificá-la, fortalecê-la, que era para caminhar na direção daquilo que se pretende profundamente esclarecer, que é o problema dos grampos telefônicos. Mas, não quer assim a maioria; mais uma vez ela se apresenta diante do Paraná, não querendo ir a fundo nessas questões.

Outra coisa, senhor presidente, nós estamos caminhando em um terreno movediço. Tachar, através do parecer da liderança do Governo essa emenda, como inconstitucional, isso é uma agressão ao direito, é uma agressão que se faz, é uma violência que se pratica e fica aberta a porta dessa represa. É um furo na represa, como esse comportamento da liderança, produzido de maneira sibilina, vamos dizer assim, não sei onde que produziram esses argumentos de que essa emenda é inconstitucional.

Mas estamos propugnando para que essa emenda seja aprovada, para que essa CPI tenha cara de CPI e não de um monstro, que está nascendo para não chegar a lugar nenhum.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só respondendo ao nobre deputado Waldyr Pugliesi e a todos os parlamentares com assento nesta Casa.

Não foi intenção da Mesa Executiva, minha, do deputado Valdir Rossoni, deputado Antonio Anibelli, criarmos um monstro, e não aceitamos essas considerações. Inclusive ontem, um jornal de grande circulação no Estado, declarou que a CPI era “laranja”. Não há necessidade de a Comissão Executiva, criar mais uma CPI; nós estamos criando para resguardar o Poder Legislativo, e decidimos que a decisão nossa era propor à Casa da forma que foi proposta. Então, não entendemos como monstro a CPI que propusemos a esta Casa.

Fizemos até para resguardar os direitos do Poder Legislativo, que entendemos legítimo. A Constituição nos permite isso, e foi o que fizemos.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados:

Na noite de ontem estivemos na cidade de Ponta Grossa, em um debate onde fomos convidados para discutir a questão da telefonia do Estado do Paraná. Lá esteve presente o Coordenador do Procon, Naim Ackel, também técnico, consultor em telecomunicações, Dicézar. Os microfones foram abertos à população, à cidade de Ponta Grossa.

Senhor presidente, fiquei assustado, impressionado com o número de ligações de pessoas que estão sendo prejudicadas pela forma ilegal, injusta, irregular, da cobrança telefônica no Estado do Paraná, principalmente o que diz relação à Brasil Telecom.

É importantíssimo essa CPI, ela tem que realmente seguir o rumo para o qual ela foi criada. A primeira, morreu porque desviou de rota, acabou pegando

um outro caminho, e começou a investigar a questão de grampo telefônico; ela não foi criada para investigar grampos telefônicos, e sim, para investigar a cobrança indevida.

Milhares de paranaenses estão sendo prejudicados, têm na sua conta no final do mês, números a mais, uma cobrança indevida a mais. E nós, deputados estaduais do Paraná, temos a obrigação de cumprir o nosso trabalho e trazer à tona todos esses problemas, pelos quais, aquela CPI que morreu lá no Judiciário, foi criada, e não só investigar isto, como também, considero aqui, senhor presidente, a questão daquilo que houve em relação ao HSBC. Com relação ao grampo dos sindicatos, dos funcionários do HSBC, também outra questão muito importante para que a CPI venha investigar no Estado do Paraná.

A sua posição é clara, concreta, é em defesa do povo do Paraná, e, junto com ela, votamos, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, tenho maior consideração por Vossa Excelência, à Mesa Executiva da Casa, e não coloco nenhuma dúvida quanto a intenção de criar essa nova CPI.

Mas, senhor presidente, como relator da CPI da Telefonía, que estava em andamento nesta Casa, tenho que ter uma posição, até porque os meios de comunicação começam já a colocar dúvida na atuação dos parlamentares que estavam na CPI da Telefonía.

Até me estranha um pouco a posição do deputado Plauto Miró Guimarães, que é vice-presidente desta Comissão.

Na verdade, a CPI foi criada para tratar de irregularidades. Agora, não foi a CPI que buscou o grampo do Palácio Iguaçu! Foi o próprio Palácio Iguaçu que deu margem para este grampo!

E aliás, senhor presidente, está muito bem claro aqui. Na Comissão de alto nível que o Governo criou lá, o senhor Gerson Guellman disse, publicamente, que recebeu fitas de grampos telefônicos.

O Secretário de Comunicação do Palácio Iguaçu, Rafael Greca, fala que também foi grampeado!

Senhor presidente, o grampo veio porque o Palácio alimentou esta CPI!

O grampo veio, porque a ex-secretária Maria Elisa Paciornik, teve uma irregularidade!

Tem que deixar bem claro isso, senhor presidente. É isso que quero que Vossa Excelência discuta na Justiça, em defesa deste Parlamento.

O grampo da Secretária Maria Elisa Paciornik, veio por uma irregularidade dentro da Telepar, que atingiu o telefone de um escritório de advogado, e que aí surgiu a “escuta da secretária”.

Quer dizer, a CPI não buscou por conta própria, por interesse político do deputado Tony Garcia, do deputado Algaci Tulio, ou de qualquer outro membro desta CPI!

É isso que temos que brigar na Justiça!

Essa interferência indevida de um Poder em outro Poder!

Por esta razão, e por tudo o mais ainda que poderia colocar aqui neste momento, acho que nós, que somos membros de uma CPI que ainda existe - somente está suspensa por 90 dias -, esperamos retornar aos trabalhos nos próximos dias. Faço aqui um apelo, não em desconsideração à sua atitude de criar uma segunda CPI, que já passa a ser chamada CPI2, já dizem que nem é mais do grampo, que é do “bob”, que não se usa mais grampo, agora é “bob”.

Mas, senhor presidente, quero fazer um apelo aqui aos companheiros que fazem parte da atual CPI. E até para que não corramos risco desta CPI sofrer alguma outra ação judicial, porque se esses membros que estão na CPI da Telefonía - que está suspensa - fizerem parte da outra CPI, poderemos “melar” esta, também.

E eu não quero ouvir, como dizia o deputado Augustinho Zucchi, que veículo de comunicação de alta penetração no Paraná, está tachando esta Casa, tachando esta atitude da criação da segunda CPI: parece que já fizeram acerto com o Palácio. Só precisava saber o preço do “passe”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito a Vossa Excelência, qual a emissora e qual o programa, que essa Mesa vai solicitar a fita.

**O SR. ALGACI TULIO**

Não posso dizer o nome, porque não ouvi. Neste horário tenho o meu programa de rádio. O deputado Augustinho Zucchi foi quem me passou esta informação.

É defesa do Parlamento, senhor presidente, se eu soubesse, estava dizendo agora. Mas quem ouviu, que diga! E tem que dizer, para defender este Parlamento!

Por esta razão. Não quero ter rotulado de que foi feito um acerto com o Palácio Iguaçu, criou-se uma segunda CPI que vai tratar de grampo do HSBC e do grampo do Palácio. Essa CPI, que se retire também, e que se faça uma emenda retirando o grampo do HSBC, irregularidade do HSBC. Fica uma CPI normal - todo mundo queria que se investigasse as irregularidades do sistema telefônico.

Quero dizer-lhe que, por essa razão, por uma questão de foro íntimo, não desejo, - não sei se o meu partido me indicaria para essa CPI - e quero apelar aos companheiros, especialmente ao presidente Tony Garcia, pois fazemos parte de uma CPI que somente esta suspensa, não está encerrada ainda, e que tem que formalizar um relatório parcial que tem que ser encaminhado na semana que vem, ao Ministério Público, para que apure já essas irregularidades.

Peço aos companheiros que não façam parte dessa CPI, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à Questão de Ordem e o encaminhamento de Vossa Excelência, esta Mesa Executiva estará encaminhando, hoje ao Tribunal de Justiça, todas as informações. Tenho a convicção que teremos a continuação da CPI, da qual o nobre deputado Tony Garcia é presidente, atualmente. Ela está simplesmente suspensa e a Casa está fazendo toda a defesa, porque acha que ela está devidamente regularizada. Só tomamos essa medida como resposta, que regimentalmente a Casa pode fazer.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para completar, talvez, de repente criando uma segunda CPI, dá uma quase que demonstração que o Parlamento reage e cria uma segunda CPI. Mas, no Judiciário, pode dar a entender que nós “entregamos os pontos” e estamos criando uma outra CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De forma nenhuma, nobre deputado! Estamos fazendo todas as informações e defendendo esse Parlamento com todo o vigor, como deve ser defendido.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

O que está em discussão agora é o parecer do deputado Durval Amaral e não é mérito da CPI. O que estamos discutindo é se o parecer é legal ou não. Depois então, viria a questão do mérito da CPI, propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, concedo a palavra ao deputado Tony Garcia.

O SR. TONY GARCIA (**Pela Ordem**)

Quero deixar claro, como presidente da CPI da telefonia, até onde acompanhei, o deputado Hermas Brandão defendeu a nossa CPI junto ao Tribunal de Justiça, com veemência, até na questão dos grampos. Temos que saber que essa é que foi a verdade. O tribunal interpretou da maneira que ele quis. Foi uma interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo, no que esta Casa defendeu com veemência.

Na criação de outra CPI, falei aos companheiros que tínhamos que deixar uma resposta aos usuários do sistema de telefonia.

Foi colocado também o caso do grampo no HSBC, onde nos procuraram, aqui, na Casa, o Sindicato dos Bancários, de praticamente todo o País, nos pedindo que nós continuássemos com essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para informar Vossa Excelência, estamos recebendo membros do Sindicato, hoje, pedindo que se investigue o HSBC.

O SR. TONY GARCIA

Perfeitamente.

Entendo dessa maneira: como essa CPI foi proposta pela Mesa Executiva, é um projeto de resolução, seria uma CPI que funcionaria, além das cinco implantadas aqui nesta Casa, entendi a preocupação, não só da Mesa e falei aos companheiros - a maioria hoje aqui no plenário é governista, sabemos disso - que não poderíamos continuar com os trabalhos da CPI, se insistíssemos no caso dos grampos gerais. A nossa CPI estava contestando isso. Acreditamos que a CPI deva continuar investigando grampos e tudo que estávamos investigando antes.

Quanto a encerrarmos a outra e continuarmos, deveremos reunir a nossa CPI para discutirmos o que fazer.

Nesta condição, hoje, dessa CPI, temos dois milhões e quinhentos mil usuários do sistema de telefonia esperando a nossa resposta. Não podemos parar porque a Justiça suspendeu por 90 dias!

Senhor presidente, peço que encaminhemos, o quanto antes, ao Tribunal de Justiça, a nossa defesa, e tentemos, neste momento, acabar com a suspensão da outra CPI, para que os trabalhos continuem e até, sim, com toda autonomia para investigar os grampos, e qualquer lugar que seja do Paraná, porque irregularidades no sistema de telefonia, grampo, tem muito a ver, além de crime.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar a Vossa Excelência e novamente repetindo ao Plenário, a Mesa Executiva estará encaminhando hoje, no período da tarde, a defesa, e com muita veemência, da manutenção da CPI instalada.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente confesso que não li o despacho da interferência do Poder Judiciário em relação ao trabalho primordial, do Parlamento, que é de investigar, que é de fazer de fiscal da população. Acho que estamos dando muitas voltas aqui e no fundo mesmo, temos que chegar ao alvo.

Por exemplo, tem várias CPI's instaladas aqui na Assembléia, que nem eu sei quais são, nem eu sei porque são várias. Mas qual o alvo que a Assembléia tem que atingir? O alvo é o Banestado. Hoje recebi uma correspondência dizendo que agora não sou mais cliente Banestado; sou cliente Itaú, e o Governo do Estado nos manda uma mensagem fazendo com que o povo do Paraná deposite o seu dinheiro no Itaú, por 5 anos!

Quais outros alvos? Outro alvo é a Copel; outro alvo é o pedágio; outro alvo são os jogos mundiais da

natureza; outro alvo é a Sanepar. Eu sou presidente da CPI que investiga a Sanepar, e ontem, convocados todos os diretores, só vieram dois, que pertencem ao governo. O governo tem maioria do patrimônio da Sanepar mas tem minoria na administração. Mudaram o estatuto e deram 35 pontos para os componentes do Grupo Dominó, enquanto o Governo que tem 52% das ações, tem 21 pontos.

Então, a Sanepar foi entregue a um grupo de empresários e nós deputados, assistimos ontem ao depoimento do presidente da Sanepar que, sinceramente, foi humilhante, vergonhoso, em ver que alguém que administra o dinheiro público, que alguém que recebe dinheiro internacional para investimentos em água e esgoto, ver que quem está administrando esse dinheiro, sem dar um tostão de garantia, de aval, no empréstimo desse dinheiro, está administrando a Sanepar! E me conteste quem quiser do governo, porque eu não estou falando por falar, fui lá e busquei no estatuto e vi, por isso estou afirmando.

Senhor presidente, sabemos que seremos julgados pelo resultado final. Quanto a isso, não tenham dúvida, senhores deputados, a justiça se faz no resultado final de uma tarefa, de uma missão, e isso também, com certeza, não é diferente perante Deus. Então, temos que atingir os nossos objetivos, defendendo os interesses da população.

Com relação ao grampo, eu fiquei um ano, em minha casa, grampeado, aliás, foi inclusive matéria da Veja. Na eleição de 94 eu falava no celular. Também me grampearam, e de noite fizeram festa numa chácara, rindo das considerações que fazíamos da derrota, na época, para o atual governador Jaime Lerner. Quando dizia, na conversa: “Nós perdemos para um prefeito”, do outro lado dizia: “Estou convencido; mais prefeito ele não poderia ser.” Está aqui, com certeza, mais do que constatado, que mais do que prefeito ele não poderia ser, e de uma cidade rica, não prefeito de uma cidade pobre; prefeito de uma cidade como Curitiba, que tem mais de 60% da receita do Estado! Aí, com o IPUC junto, qualquer um fica bom prefeito!

A Ferroeste também está nas mãos de um grupo privado. Foi feito também um contrato para que eles comprassem vagões; também não cumpriram. Então, estamos diante de uma nova realidade do Estado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Eu só faço um apelo aos senhores parlamentares: está em discussão e encaminhamento o parecer do relator Durval Amaral. peço que os senhores deputados mantenham discussão sobre o assunto.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O senhor em boa hora, faz observação que não podemos, no momento em que discutimos a constitucionalidade, onde é levantada a constitucionalidade do projeto, ficarmos discutindo outros problemas.

Concordo, com todo o respeito que tenho com o ilustre deputado Neivo Beraldin, que a Sanepar tem que ser averiguada, que temos que ir a fundo, hoje não é o dia para nós discutirmos isso. Temos uma pauta que deve ser cumprida e não podemos fugir a esta regra, ou então ficaremos aqui uma, duas, três, semanas discutindo se o projeto de resolução é constitucional ou não.

Era esta a questão de ordem, senhor presidente.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Questão de Ordem)

Fui citado pelo nobre deputado. Gostaria de dizer-lhe, deputado meu colega, me parece que o seu papel aqui é “todo dia é dia de defender o governo”, e nós todo dia, aqui, “é dia de combatermos o governo”.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não! O senhor está enganado! Não estou defendendo o governo, e sim, o Regimento e a pauta da Casa, que o senhor desrespeitou, como também a todos os deputados que aqui estão para votar a pauta e não ouvir o seu discurso, porque quem tem interesse no assunto, como eu tenho, estaria ontem lá na Comissão Especial de Investigação, ouvindo a arguição que o senhor e outros deputados fizeram aos diretores da Sanepar.

Hoje nós temos uma pauta para ser cumprida e não podemos tergiversar aqui sobre outros assuntos, fazendo disso um palanque eleitoral. Vamos discutir, vamos aprovar ou não, a pauta, só que não podemos continuar da maneira como nós estamos.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Questão de Ordem)

Senhor presidente, não estamos discutindo a constitucionalidade do projeto, o deputado Ribas Carli está totalmente equivocado; estamos discutindo o parecer sobre a Emenda do projeto, nobre deputado não o projeto.

#### O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, também fomos membros daquela Comissão, da CPI, e, desde o início notávamos que havia um interesse muito grande da CPI de fiscalizar, de investigar só a questão dos grampos. Acho que a justiça, agiu corretamente, tinha que dar uma segurada nessa CPI, e inteligentemente, a criação dessa nova, porque o objetivo da CPI não era só o grampo; ela estava caminhando para o rumo só de investigar os grampos telefônicos.

Por isso, trabalhamos alguns meses, não chegamos a nada e chegaram pacotes e pacotes de denúncias, de ligações erradas, duplicidade em cobrança, e esse trabalho não foi feito. Acho que com a criação desse nova CPI, da maneira como está sendo criada, sem a Emenda, vamos ter condições de fazer um trabalho e investigar aquilo que o povo do Paraná espera que seja investigado, porque estavam retornando do Ministério Público, ações que já tinham sido protocoladas, averiguadas, investigadas, voltando tudo no Ministério Público, para depois, a

CPI encaminhar novamente para o Ministério Público. Era um trabalho que estávamos fazendo já vencido de muito tempo. Acho correto, tanto o deputado Durval Amaral com o seu relato nesta Emenda, como também inteligente, a proposta da Mesa, na criação de uma nova CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Esta Presidência cassará, isso não é democrático, não é do presidente, mas cassará a palavra do parlamentar que não estiver discutindo o parecer do deputado Durval Amaral, senão, não votaremos.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, entendemos a sua posição, só que eu não posso concordar com o deputado Edno Guimarães, membro da CPI, dizer que ela tinha interesse em dirigir as investigações só em cima do grampo. Isso não é correto, não é verdadeiro, e tanto é que a CPI criou uma subcomissão para tratar das outras irregularidades. Não é correta a afirmação feita aqui pelo deputado Edno Guimarães.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, o deputado Tony Garcia.

**O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)**

O deputado Edno Guimarães fez uma colocação aqui que não é verdadeira. A CPI, além de investigar os grampos, estava investigando...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço um apelo, novamente, ao Plenário dessa Casa, que mantenha a discussão do requerimento, e, após a votação, Vossas Excelências terão o tempo necessário.

**O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero deixar consignado, porque o deputado Edno votou uma questão que não era verdadeira. Só deixar claro, que nós investigávamos os grampos e o deputado Plauto Miró Guimarães conduzia a parte do que vai ser investido por essa nova CPI.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, às vezes ouço e fico em profundo silêncio, porque entendo até, que o Direito não é tão simples assim, como alguns gostariam que fosse.

Se assim o fosse, qualquer pessoa que tivesse o 1º Grau, poderia ler um texto e fazer a interpretação literal, juridicamente.

O Direito, é um sistema complexo.

Por isso mesmo, para quem não tem conhecimento na filosofia do Direito, existe o anel deôntico das leis, que

é muito claro. Toda e qualquer lei só tem três possibilidades: ou permite, ou obriga, ou proíbe.

Na interpretação do artigo 58, da Constituição Federal, não temos um permissivo, não temos uma proibição; temos uma obrigatoriedade contida para a apuração de fato determinado. É isso que faz com que os nossos tribunais, o Supremo Tribunal Federal, coloquem sempre na interpretação da lei, que o fato é determinado, porque caso contrário haveria extrapolação do direito dos cidadãos, e estaríamos afrontando o artigo 5º da Constituição Federal a todo momento.

A propósito disso, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná concedeu, recentemente, três liminares limitando o poder da CPI, que era a CPI da Telefonia, para investigar irregularidades, para investigar cobranças indevidas e, se extrapolou, com todo o respeito aos parlamentares que compõem essa CPI, e três liminares foram concedidas.

Então, não venham aqui, deputados de Situação ou de Oposição, querer dizer que existe subserviência. O que pode existir é ignorância na interpretação da lei, por parte desse parlamentar. Por quê? O Direito pressupõe interpretações, não só interpretação literal - que qualquer semi-analfabeto poderia fazer - é interpretação do sistema.

Então, senhor presidente, admito o contraditório, podem contraditar o meu parecer, mas quanto a constitucionalidade, eu interpreto, lendo e estudando as posições do Supremo Tribunal Federal, as liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e efetivamente, o artigo 58 da Constituição Federal, o artigo (?) da Constituição Estadual e o nosso Regimento Interno.

Então, subserviência têm aqueles que, conhecendo pouco, são subservientes à sua própria ignorância.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Deputado Hermas Brandão, o ilustre professor de Direito Constitucional, Durval Amaral, no momento Líder do Governo nesta Casa, vem nos dar uma aula de Direito Constitucional, chamando, inclusive, os deputados de ignorantes e...

**O SR. DURVAL AMARAL**

Não chamei os deputados de ignorantes, deputado Nereu Moura. Não foi o senhor quem me atacou. Espero que não lhe tenha servido, porque...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A palavra está assegurada ao deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Não serviu e nunca servirá, deputado Durval Amaral. Se estou aqui, tenho meus méritos e quem pode me julgar é o povo que me elegeu.

Queria dizer, deputado Hermas Brandão, que agora o assunto volta ao eixo central que é a discussão do mérito do parecer do deputado Durval Amaral. Inclusive, presidente, somos favoráveis à CPI que Vossa Excelência propõe a esta Casa. Acho que ela vem aí para preencher um vácuo em relação às decisões judiciais. O que queremos é fazer com que ela não fique capenga. Queremos melhorar as intenções de Vossa Excelência, para que a CPI seja ampla, que é, exatamente o assunto específico que Vossa Excelência colocou aqui na súmula: "... e escutas telefônicas não autorizadas no HSBC - Banco".

Ora, nós até estamos colocando, acrescentando apenas que além do HSBC - Banco, queremos também, investigar outras escutas telefônicas não autorizadas!

Apenas isso! Não estamos fugindo, senhor presidente, do objeto de vossa idéia extraordinária de criar uma CPI que tem o nosso apoio! Apenas e tão somente estamos querendo fazer com que esta CPI seja justa e não atente só contra o HSBC, mas em relação a todos os atos de escutas ilícitas de telefone: quer seja no Governo, na Assembléia, na Defense, ou qualquer empresa do Estado.

Então, deputado Durval Amaral, não existe nada de inconstitucionalidade, nada de ilegalidade na nossa emenda. Vossa Excelência pode ser contra o mérito, mas não contra a legalidade da nossa emenda! Ela é legal, ela é constitucional, sim! Vossa Excelência tem todo o direito de ser contra o seu mérito, mas não contra a legalidade.

É isso que queremos apelar a Vossa Excelência. Obrigado.

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Até porque há um acordo entre os deputados da Oposição de esvaziar o plenário e atendendo até a recomendação da Lei de Responsabilidade Fiscal, quero comunicar a todos os deputados que teremos uma reunião para apreciação das emendas à LDO, na próxima terça-feira, às 10 horas da manhã.

Uma audiência pública, exatamente de acordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Solicito a chamada nominal.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

A Mesa defere e solicita ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Divanir Braz Palma)**

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).**

Vinte e nove deputados estão presentes no plenário, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vamos suspender a sessão por 5 minutos para haver um entendimento entre as Lideranças da Oposição e da Situação.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Senhor presidente, quero aproveitar esse momento que o senhor interrompe a sessão para esse possível entendimento entre as Lideranças, e fazer um comunicado a Casa, se assim Vossa Excelência permitir.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Vamos votar, senhor presidente, 29 deputados estão presentes no plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Eu lhe permito, deputado Sérgio Spada. Logo em seguida iremos suspender.

Eu peço a suspensão por cinco minutos para o entendimento entre os líderes do Governo e da Oposição, após a palavra do deputado Sérgio Spada.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Acabo de retornar de Brasília, onde, ontem, juntamente com o deputado Caíto Quintana e o senador Osmar Dias, mantivemos uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Marco Aurélio, em nome desta Casa, já que lá fomos em nome de uma comissão aprovada pelo Plenário desta Casa, para acompanharmos os desdobramentos *pari passu* da questão Estrada do Colono.

E, senhor presidente, senhores deputados confesso que saímos da audiência animados, esperançosos de que nessa questão do fechamento da Estrada do Colono, poderá haver uma reversão, poderá o ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, acatando uma reclamação feita pela Apopec, através de seus advogados, anular os efeitos da sentença da juíza federal de Porto Alegre, doutora Kesler e devolver o Caminho do Colono para as populações do Oeste e do Sudoeste do Estado do Paraná, da região Sul do Brasil.

Senhor presidente, ficamos muito impressionados com o conhecimento de causa do ministro Marco Aurélio de Mello, a respeito da questão. Aliás, foi exatamente o relator do processo que acabou anulando a sentença exarada há quinze anos atrás, do juiz Milton Luiz Pereira.

Portanto, o ministro Marco Aurélio conhece nos detalhes a problemática da reabertura do Caminho do Colono, e foi, como eu disse, relator do processo no passado. E, já no passado, ele relatava pela anulação da sentença que mandava fechar o Caminho do colono e mandava proceder a um novo julgamento.

Confesso senhor presidente, para minha alegria, que saímos muito bem impressionados da audiência e esperançosos de que o juiz acate a nossa petição e reabra o Caminho do Colono, devolva aquela estrada àquelas

populações, porque, na verdade, são as grandes beneficiárias e, por outro lado, responsáveis pela manutenção do Parque Nacional do Iguaçu na boa conservação que ele se encontra, hoje, graças às suas ações.

E por ser importante e até oportuno, senhor presidente, até histórico, gostaria de registrar nos Anais desta Casa a carta que foi enviada pelo presidente do PSDB Nacional, deputado José Aníbal, ao líder da Bancada no Senado, senador Sérgio Machado.

A carta, que também foi encaminhada ao senador Osmar Dias e também ao senador Álvaro Dias, diz simplesmente:

“Encaminho a Vossa Excelência cópia de correspondência enviada pela presidência nacional do PSDB, deputado José Aníbal. Na oportunidade, renovo os protestos de estima e consideração. Assinado Sérgio Machado - líder da Bancada do PSDB no Senado.

E a carta do presidente José Aníbal, faço questão de registrar aqui, porque é um momento também histórico, diz o seguinte: “Senhor senador Sérgio Machado, sirvo-me da presente para, nos termos do artigo 50 do Estatuto Partidário, requerer aplicação da pena de desligamento temporário, da Bancada do PSDB, no Senado Federal, bem como na suspensão de direito de voto nas reuniões internas e também de perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerçam os senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, em decorrência da representação e da proporção do PSDB na Casa legislativa. Isso, em razão do não cumprimento da decisão relativa ao fechamento da questão sobre a CPI da Corrupção”. Assinado deputado José Aníbal.

Senhor presidente, em outras palavras, traduzindo, virou pizza a tão propalada, tão divulgada possibilidade de expulsão dos senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, caso eles não retirassem as assinaturas do requerimento para a implantação da CPI da Corrupção.

Apenas e tão somente, uma orientação ao Líder da Bancada do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado, de que ele aplique ou não essas penas, que seriam a suspensão das prerrogativas, como parlamentares, apenas no exercício do mandato dentro do Senado, nada tendo a ver com a questão do Partido a nível nacional e a nível de Estado.

Para registrar esse fato, que considero histórico, agradeço a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, deputado Nelson Garcia, apesar de que este presidente já tinha anunciado a suspensão por cinco minutos.

Vossa Excelência poderá fazer já.

**O SR. NELSON GARCIA**

É só um registro ao nosso companheiro, prefeito de Tapejara, Tominaque, que está aqui, o seu vice, Alfredo; o assessor Vitor Hugo; e o prefeito de Guapo-

rema, o Beto junto com o vice Guiomedes, e o assessor Valdemir.

Só isso, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado nobre deputado.

Solicito ao deputado Durval, Líder da Situação e o Líder da Oposição, para uma conversa a sós.

**(Sessão suspensa)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Declaro reaberta a presente sessão.

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, tendo em vista o grande contraditório gerado pelo nosso parecer, quero retificá-lo, deixando de analisar a constitucionalidade da emenda e submetendo-a, quanto ao mérito, para que ela possa ser apreciada por esse douto Plenário. É o parecer, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação o parecer do deputado Durval Amaral, com a retificação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente.

Só para não ficar aqui, batendo na mesma tecla, reitero aos deputados que essa emenda é uma grande justiça.

A Assembléia não pode criar uma CPI capenga, pela metade. Vamos fazer uma CPI por inteiro, e justamente a idéia do deputado Hermas Brandão, creio que seja essa, de regularizar a CPI do Grampo e a CPI da Telefonia.

Então, vamos aprovar a emenda, que a Assembléia estará dando uma grande resposta ao povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Os deputados que são favoráveis à emenda, permaneçam como estão.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Verificação de votação, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será realizada a verificação de votação.

Os deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Doze deputados aprovam a emenda. Os senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e dois deputados rejeitam.



Está **rejeitada a emenda, aprovado o projeto** na forma como foi proposto.

O SR. WLADYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, Vossa Excelência falou em 21 deputados, 22 deputados.

Nesta manhã, quase que tivemos aqui a repetição do milagre da multiplicação dos pães, milagre bíblico, porque agora mesmo, senhor presidente, foi anunciado, pelo ocupante eventual da Primeira Secretaria, que 29 deputados estavam no plenário. Como só eu, da Oposição me fazia presente, concluímos que 28 governistas estavam aí.

Bom, se agora há pouco, 28 estavam para votar, como foi feito pela verificação da Mesa, como é que agora só nós temos 22?

Estou chamando a atenção, senhor presidente, porque outro dia se discutiu muito aqui na Casa, a respeito das votações. O 1º Secretário, Valdir Rossoni, que tem todo o meu apreço e respeito, mostrou sua ira em relação às dúvidas que sempre se levantam. Acredito nas contagens que foram feitas por ele, mas agora quero chamar a atenção, porque estamos verificando aqui - volto a repetir - o milagre bíblico da multiplicação de deputados, ainda se fosse para multiplicar deputados para votarem contra a privatização da Copel, eu até poderia concordar, mas nesta fabricação não posso colocar a minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero só responder a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O nosso 1º Secretário, Divanir Braz Palma, não tinha anunciado oficialmente a presença de 29, posteriormente, quando fez a contagem oficial, verificou e participou a esta Presidência, que tinha 26 deputados presentes na Sessão.

Então, esta Mesa está respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só pela ordem quero dizer que agora somos 35 Deputados presentes a esta Sessão. Efetivamente esta multiplicação deve ter se verificado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha". **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 049/2001, de 02.05.2001)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 115/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo oficializar como traje de honra e de uso preferencial no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha".

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 115/2001

O Artigo 1º do presente projeto de lei, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica oficializado como um dos trajes de honra no Estado do Paraná, para ambos os sexos, a indumentária denominada "Pilcha Gaúcha".

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

##### Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Vou me reservar para fazer um pronunciamento com relação a este tema, dos mais importantes para mim, pessoalmente, que sou de uma região de gaúchos, na Sessão de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. HERMES FONSECA

Estou observando que este projeto não passou pela Comissão de Cultura, e gostaria que fosse encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retiramos da pauta.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para esclarecer que eu já havia solicitado, na Comissão de Constituição e Justiça, que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retiramos, também, o item 16 que está com a mesma irregularidade. E faço um apelo ao Departamento Legislativo, que não se inclua na pauta mais sem passar.

O SR. ALGACI TULIO

O 16 está correto, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o senhor vai colocar em votação agora, e depois encaminhar para a Comissão de Cultura?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, nós retiramos da pauta o item 15. Está retirado, porque não passou pela Comissão de Cultura, e determinamos que volte à Comissão de Cultura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para questionar o seguinte: a primeira discussão e votação é pela constitucionalidade. Creio que depois é que a questão do mérito, primeira votação, pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se é o entendimento do Plenário, podemos colocar sobre a constitucionalidade.

O SR. CESAR SELEME

Senhor Presidente, como autor do projeto, solicitaria que votássemos hoje a constitucionalidade e retornaria para a Comissão de Educação e Cultura.

Agradeço o apoio dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a constitucionalidade do projeto.

**Aprovado.**

**Encaminhe-se à Comissão de Educação e Cultura.**

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 44/2001, de 24/04/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 145/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade "São Francisco de Assis", com sede e foro no município de Pato Branco - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 49/2001, de 02/05/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 154/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis, com sede e foro no município de Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a AAPAC-Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro no município de Ponta Grossa - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 57/2001, de 10/05/2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/2001

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - Ascombal, com sede e foro no município de Mariluz - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 57/2001, de 10/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 177/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - Ascombal, com sede e foro no município de Mariluz.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Mater Dei, com sede e foro no município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 59/2001, de 15/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 182/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Mater Dei, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utili-

dade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Uraí-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 59/2001, de 15/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 187/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Uraí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos senhores parlamentares que amanhã esta Casa estará recebendo uma delegação de autoridades para uma audiência pública sobre futebol e legislação, estando presentes: o senador Álvaro Dias, Geraldo Altofi, Romeu Tuma e Antero Paes de Barros.

Os palestrantes: senhor Edson Arantes do Nascimento - o Pelé, e o doutor Carlos Leo Campos Cola - advogado especialista em Legislação Esportiva, a partir das 9 horas, com cobertura da TV Senado.

O SR. VALDIR ROSSINI (**Questão de Ordem**)

Quero participar à Casa e pedir a sua autorização para que, a partir de segunda-feira, tenhamos um novo formato do procedimento de votações, quando é pedido a verificação de votação.

Estamos fazendo uma nova planilha do nome dos deputados, onde será dividida por partidos políticos e aí faremos a contagem desta forma.

Certamente não causará mais esse constrangimento que tem causado sempre ao 1º secretário que está fazendo essa contagem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de votarmos os requerimentos, comunico aos líderes de partidos e a todos os parlamentares que quiserem participar de uma reunião rápida, na presidência, logo após a sessão, para discutirmos um assunto de interesse da nossa Casa de Leis.

# O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2025, de autoria dos senhores deputados José Maria Ferreira e Edson Strapasson, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2026, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2029, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2035 a 2041, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2042, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2043 a 2047, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2048, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2049 a 2050, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2051 a 2056, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2057, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2058, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2059, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2060, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

# O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só gostaria aqui, de concordar com o deputado Valdir Rossoni.

Acho que o deputado Waldyr Pugliesi foi injusto, quando falou que a questão da votação, “há multiplicação dos pães”.

Às vezes, aqui acontece “adição dos pães”, um pão para cá, outro para lá, às vezes acontece.

Agora, de multiplicação, quem entende é uma empresa que foi criada com capital social de 10 mil reais, há três anos atrás, e de repente, está o capital com um milhão e trezentos mil e tem um lucro de mais de duzentos milhões, em apenas dois anos.

Qual é mesmo o nome da empresa, deputado? Uma tal de “Tradener”. Essa, conhece multiplicação dos pães...

# O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência agradece pela compreensão dos líderes da Oposição e da Situação, quando em um entendimento demos continuidade à sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

## **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 643/99, 013, 162, 179, 281, 425/2000, 070/2001, e do Projeto de Resolução nº 19/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 145, 154, 175, 177, 182, 187 e 219/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 083/99, 058, 140, 146, 196, 206, 208, 209, 212, 214 e 256/2001.

Levanta-se a sessão.

## **Atas de Comissões:**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e um, reuniram-se na Biblioteca Vidal Vanhoni, desta Casa de Leis, os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Chico Noroeste, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Duílio Genari, presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson, com intenção de ouvir diretores do Porto de Paranaguá; doutor Osiris Stenghel Guimarães, superintendente, doutor Lourenço Fregonese, diretor de Desenvolvimento Empresarial e doutor Luiz Ivan de Vasconcelos, diretor técnico; para tratar de assuntos relativos ao porto tais como: 1 - sistemática de embarque, o porquê das filas atuais e a questão da estadia, polêmica dos caminhoneiros; 2 - funcionamento do porto; 3 - o que embarca; 4 - qual o custo operacional e custo tarifário no embarque; 5 - qual o papel dos sindicalistas em relação ao porto e outros. A descrição transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo; recebendo também a Comissão, material e disquete contendo informações referentes à APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Antes do término da reunião o senhor presidente agradeceu as presenças. Marcando para a próxima quarta-feira, dia 16.05.2001 às 9h, reunião da Comissão de Obras no Porto, para que pudessem ter uma noção real da situação

exposta. Retiraram-se os convidados e como última etapa da reunião o senhor presidente deliberou sobre dois projetos incluídos na pauta da reunião, ficando no local apenas os membros componentes da Comissão. Passou à discussão das proposições: 1) Projeto de Lei nº 034/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Relator deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, levanta-se a Sessão e para constar efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e um, reuniram-se na sala de reuniões das comissões os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: presidente Edson Strapasson, Algaci Tulio, Chico Noroeste, Duílio Genari, Marcos Isfer, havendo número legal, e não havendo expediente a ser lido passou-se a pauta do

dia: 1) Projeto de Lei nº 327/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, tendo parecer contrário do deputado Algaci Tulio. Projeto este, encontrava-se com vistas ao deputado Antonio Belinati desde a reunião do dia 25.04.2001 desta comissão. 2) Projeto de Lei nº 160/2001, de autoria do Poder executivo - Mensagem nº 14/2001. Relator deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 58/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 140/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2001. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO com emenda substitutiva geral. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária